CADERNO DE CONTRIBUIÇÕES

TESE ESPECÍFICA DA SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS E COLETIVO DE FUNCIONÁRIOS

TESE ESPECÍFICA DOS COLETIVOS DE APOSENTAD@S

TESE ESPECÍFICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

TESE ESPECÍFICA SOBRE A ANIMAÇÃO CULTURAL

TESE ESPECÍFICA DA SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS E COLETIVO DE FUNCIONÁRIOS

DE LUTA EM LUTA CONSTRUÍMOS A RESISTÊNCIA

"... como as aves, as pessoas são diferentes em vôos, mas iguais no direito de voar..."

Paulo Freire

Para que se tenha de fato uma escola democrática, laica e de qualidade, é imprescindível o reconhecimento dos funcionários administrativos como educadoras e educadores e sua importância nos diversos setores educacionais. Tendo em vista isso, a nossa luta sindical vem sendo travada desde 1988, com o direito à sindicalização, quando o então CEPE realizou, em 12/08, sua primeira conferência de educação, passando a ser chamado de SEPE (Sindicato Estadual dos Professionais de Educação). No ano seguinte, no 4° Congresso, se deu a unificação. A nossa luta desde então, vem sendo travada não só por melhores salários, mas também para resgatar a dignidade e a valorização desses profissionais administrativos no chão da escola. A unificação continua sendo o nosso grande desafio, considerando que ainda não foi consolidado o processo de inclusão nas carreiras desses profissionais. A luta é intensa e sem tréguas contra os governos que nos tiram direitos e vêm colocando em prática o seu projeto de desmonte da educação.

Entendemos que o 1° passo deve ser a conscientização do papel que exercemos nas nossas categorias e, em seguida, na organização política que devemos ter para que nossas questões e opiniões sejam tratadas com respeito e primazia, discutindo pontos, encontrando soluções coletivas para barrar o avanço do projeto de acabar com a educação pública.

Na busca desse processo de mudança na esfera estrutural da escola, é essencial que alcancemos a valorização e a profissionalização, pois sem isso, há uma dificuldade em discutir claramente a política sobre o verdadeiro papel dos profissionais da educação, dentro da globalização, da miséria e da política neoliberal. A discussão da valorização dos funcionários administrativos teve seu início em 2004, com a lei 12014 da Senadora Fátima Cleide, na qual se amplia e atualiza-se o conceito de profissionais da educação, cujo parâmetro era o Fundeb, especificamente a proposta de que pelo menos 80% do recurso desse fundo deveria ser investido no pagamento de professores e funcionários.

Essa política também incluía o inicio da profissionalização dos funcionários administrativos por meio do Pró-funcionário (projeto da CNTE). Nesse período, havia o entendimento no meio sindical de que o programa era excludente, visto que só focava nos funcionários com ensino médio, o que não era a realidade de todos que estavam em segmento elementar e fundamental. A LDB já referendava a necessidade de qualificação por escolaridade e como seria importante fazer esse investimento. Poucos governos

implementaram o programa, não dando visibilidade e reconhecimento desses profissionais, ao contrário, investiram na terceirização, levando muitas categorias à extinção.

Os que resistem sofrem com o arrocho salarial, carestia e a falta de mão de obra.

A secretaria de funcionários deste sindicato vem organizando a resistência da categoria contra toda as mazelas que nos atingem, seja por parte dos governos, seja por parte de uma minoria que não reconhece o nosso papel nas lutas da educação. A vitória da luta fez renascer a esperança pela necessária e urgente realização dos concursos públicos para que a carência desse setor seja sanada e para que a categoria pare de adoecer por excesso de trabalho e acumulo de função. Vale salientar que após 20 anos, temos um governo forte, que não é refém do sistema, por isso, exigimos a volta da paridade, já!

REDE MUNICIPAL – CONJUNTURA

Rio de Janeiro

O município do Rio vive uma situação de ajuste fiscal em que os governos, ano após ano, impõe corte de verbas, retirada de direitos, achatamento dos salários, precarização das condições de trabalho e terceirização formando um pacote de maldades contra os servidores públicos.

Isso acontece porque os funcionários nunca foram e continuam não sendo vistos como profissionais da educação pelos governos. Assim, são tratados como descartáveis e dessa forma, vemos nossas carreiras sem um plano de valorização e com um claro projeto de dissolução de nossas garantias legais, inclusive da nossa estabilidade garantida pelo concurso público. Cabe a nós, profissionais da educação, derrubar esse projeto privatista que nos foi imposto, bem como levar para toda a sociedade a realidade da educação no município do Rio de Janeiro.

REDE ESTADUAL – CONJUNTURA

Após Cabral, Pezão e Witzel, o governo de Cláudio Castro não muda nada das últimas décadas em que vivenciamos governos com ampla ausência de politicas voltadas para a educação. Neles, a terceirização se tornou uma política contra os funcionários administrativos, zerando a oportunidade de novos concursos públicos. E tendo trabalhadores em diversas funções recebendo no Psio abaixo do valor do salario mínimo.

Lutamos pela implementação do plano de cargos, carreiras e salários (PCCS), fim da terceirização e retorno do concurso já!

XXI Encontro de Funcionários Administrativos das redes municipais e estaduais do RJ

09,10 e 11 de dezembro

Propostas do nosso encontro:

1- Retorno à CNTE;

2- Concurso já;

3- Formação pelo pró-funcionário;

4- Luta pelo piso salarial;

5- 30 horas de carga horaria semanais;

6- PCCS unificado por carreira e tempo de serviço;
7- FUNDEB para todos os profissionais da educação;
8- Continuação das campanhas contra o assédio moral e não é minha função não faço;
9- Combate a qualquer tipo de violência dentro do sindicato;
10- Formação continuada e valorização profissional;
11- Que as secretarias de funcionários de Núcleos, Regionais e SEPE Central, tenham como diretoras, funcionários administrativos;
12- Aposentadoria especial para funcionários;
13- Data base;
14- Curso de formação política/ sindical para funcionários.

Proposta do GT de Saúde

1- Pressionar o governo para que se tenha assistência médica de qualidade e publica no atendimento do SUS;
2- Realização de uma conferência para discutir saúde dos trabalhadores;
3- Lutar pela insalubridade/periculosidade para os funcionários de acordo com sua função;
4- Combater o desvio de função;
5- Parceria com a Fiocruz para estudos sobre saúde do trabalhador;
6- Políticas para readaptas: Retirada dessas profissionais do portão da escola, respeitando os seus laudos periciais e dando garantia de tratamento de suas doenças;
7- Regularização da lei das cozinheiras escolares.

Aos 4 dias do mês de março, realizamos às 10h, na sede do SEPE RJ,
a plenária do coletivo estadual, abaixo assinaram os presentes:

1. CRISTIANE RODRIGUES
2. VIVIAN CARVALHO
3. CÁTIA REGINA ROCHA – CAMPINHO OESA CAMPO DOS GOYTACAZES
4. HELOÍSA RIBEIRO MACHADO – NÚCLEO MENDES/ ENG. PAULO DE FRONTIN
5. DANIEL MONTEIRO SALOMÃO / PETRÓPOLIS
6. DOMINIQUE REZENDE / PETRÓPOLIS
7. ROSE FRANÇA / BARRA MANSA - RIO CLARO
8. DENISE H DE CARVALHO / BARRA MANSA - RIO CLARO
9. RIVA MARIA NEPOMUCENO – SÃO JOÃO DE MERITI
10. MARILDA DE ARAÚJO PEDRO – REGIONAL 4
11. AURELINA ROCHA DOS SANTOS - NILÓPOLIS
12. MARIA SEVERINA DA CONCEIÇÃO (JAPERI)
13. ELZA MARIA GHELLER – DUQUE DE CAXIAS
14. ROSANE DE CASTRO BATISTA DE SOUZA – VASSOURAS
15. DAISY BORGES – MENDES / ENG. P. FRONTIN

16. MANOELA CARLA MAGALHÃES - MENDES
17. YURI TAVARES P DA FONSECA
18. FERNANDO - MARICÁ
19. ROSÁRIO DE FÁTIMA D. ARAÚJO - MARICÁ
20. EVELIN DONSON SILMAB - MARICÁ
21. LUCIANA DE ASSIS LIMA – RIO DE JANEIRO
22. ELIZETE SANTOS - MESQUITA
23. ELIANE DE JESUS – SEPE MESQUITA
24. ESTER BRUNO DE OLIVEIRA ALMEIDA - NILÓPOLIS
25. ADRIANA S COSTA – VASSOURAS
26. ADRIANO R. DA SILVA SANTOS JÚNIOR
27. GABRIEL ABRÃO DE MENDONÇA GOMES / TRÊS RIOS
28. JORGE TORRES DOS SANTOS – CACHOEIRAS DE MACACU
29. CREMILDO PORTO FERREIRA
30. OREILDE DA SILVA
31. MARIA DO CARMO C. RIBEIRO – CACHOEIRAS DE MACACU
32. VÂNIA REGINA B. FARIAS
33. FERNANDO DE SOUZA – NÚCLEO JAPERI
34. LEONARDO DE ... MATTOS – N. SEROPÉDICA
35. GABRIEL ARANTES – SEROPÉDICA
36. JOÃO BATISTA DA SILVA – COSTA DO SOL
37. PATRÍCIA F MARQUES – SEPE/ SG
38. DERVI FELIPE DE SOUZA – SÃO GONÇALO
39. LÚCIA REGINA COSTA DA SILVA - CAMPOS
40. TELMA LUZEMI DE PAULA SOUZA – REGIONAL 1
41. SORAYA DE ASSIS DIAS – REGIONAL III
42. FRANKLIM RODRIGUES DE SOUSA – REGIONAL 1
43. ANALIA TIMOTEO GOMES – SEPE CENTRAL
44. CLAUDIA REGINA PAIVA MIGUEL – SEPE RJ
45. ROBERTO DE PAULA
46. CREUZA MARIA DOS SANTOS – BARRA DO PIRAÍ
47. NILZA APARECIDA DA SILVA – BARRA DO PIRAÍ
48. NAIR PEREIRA – BARRA DO PIRAÍ
49. GIOVANA LOBATO FELICIANA – MENDES
50. MONTEIRO – NÚCLEO SÃO GONÇALO
51. GELLIAN MOREIRA – REGIONAL IV
52. LUÍZA MACIEL FERREIRA
53. VALDIR VICENTE CORRÊA
54. VIVIANE SARMENTO BEZERRA
55. MARIA EDUARDA
56. RAPHAEL FURTADO DA SILVA – REGIONAL VIII
57. STELA MARIA DE REZENDE FIGUEIRA – BARRA DO PIRAÍ
58. MÁRIO SERGIO MARTINS – CACHOEIRAS DE MACACU

APOSENTADAS(OS): POR PLENOS DIREITOS, SEREMOS RESISTÊNCIA!

Da construção da militância sindical para a construção da resistência

Nós, profissionais da Educação aposentad@s reunidos no 43° Encontro Estadual de Aposentadas(os) em Conservatória/Valença, reafirmamos a história de lutas, resistências, conquistas e experiências, escritas juntamente com o movimento da classe trabalhadora ao longo de décadas.

Essa resistência é a marca de uma geração que lutou e luta, que teve vitórias e derrotas, mas principalmente, vive, experimenta, constrói. Diante dos ataques cada vez mais intensos daqueles que querem transformar a vida em mercadoria e direitos em negócios, bradamos que é preciso estar sempre atentos(as) e fortes.

Não nos acomodaremos no lugar comum onde os senhores de negócios querem nos confinar. Aposentadoria é só mais uma etapa da vida e nela cabe todo aprendizado acumulado como força motriz para a continuidade necessária de nossa construção coletiva, mas reafirmamos - Aposentar é Direito.

A nova geração de profissionais da educação que vem chegando precisa saber/conhecer a história da luta forjada no contexto da ditadura. Milhares de professoras, também enfrentaram as diversas formas brutais da repressão, numa luta incansável por democracia e todos os direitos sonegados à classe trabalhadora naquele período nefasto da nossa história. A categoria, majoritariamente feminina, precisa se inserir na reafirmação do coletivo, participar da elaboração da pauta de lutas historicamente construída na concepção democrática, na militância sindical, na memória coletiva dos acontecimentos que não podem ser apagados.

A nós, aposentad@s, cabe sempre a tarefa generosa de compartilharmos o que construímos e aprendemos. Trilhando o caminho iniciado por tantos, percorrido por muitos, continuamos na construção de nosso sindicato, um dos maiores em nosso país, que tem reafirmado a cada Congresso a independência frente aos governos, partidos e patrões, princípio reivindicado pelos diversos sindicatos combativos e demais movimentos sociais.

Aqueles(as) que tentam comercializar a vida também tentam apagar nossas memórias coletivas e desmerecer nossas experiências. Apagar da vida a história, cultuando um novo vazio de conteúdo, tem como objetivo justamente nos separar uns dos outros, quebrar os laços necessários à resistência e à construção coletiva . Assim, alertamos aos(às) que agora chegam, que não há futuro possível sem o reconhecimento dos acertos e erros do passado, sem o respeito aos(às) que antes vieram, sem a cultura de respeito e humanização de relações

A pandemia deixou marcas sociais profundas. A perda de milhares de vidas em nosso país, resultante de uma política genocida não pode ser esquecida nem minimizada. Morremos trabalhadores e trabalhadoras

bem como crianças, jogados(as) sem nenhuma proteção e respeito, morremos nos hospitais, morremos sem vacina, morremos pelo desemprego e pela fome, pois nos negaram a vida. Nenhuma catarse será capaz de fechar tamanha ferida. Não esqueceremos.

Por isso, afirmamos a importância da derrota de Bolsonaro nas urnas. Uma resposta aos desmandos, à política de proteção ao grande capital, ao banditismo instalado no Palácio do Planalto. Mas é preciso ir além. É preciso derrotar a cultura privatista, militarista, conservadora, exploradora, machista, misoginista, retrógrada, preconceituosa que Bolsonaro representa. É preciso unificar a luta do povo explorado, dos trabalhadores e trabalhadoras formais e informais, da cidade e do campo para construir uma perspectiva de mudança do país, para que possamos derrotar as forças sociais que se alinham com o grande capital, com a exploração do povo.

O nosso estado, solapado há décadas pelas políticas neoliberais e suas representações milicianas no palácio laranjeiras, paga hoje o menor salário do país aos profissionais da educação da rede estadual. Nos municípios, o constante atraso do pagamento das aposentadorias segue como herança dessa representação política neoliberal e sua forma de lidar com os trabalhadores(as). As previdências estão sob fogo cruzado, sendo desmontadas rapidamente. Direitos, tais como receber os salários em dia, são anunciados e propagandeados como benesses e até alguns de nós acreditam, mas não deveriam. Ataques não só aos já aposentados(as), mas também a possibilidade dos novos profissionais se aposentarem. As tarefas para resistir e mudar tal situação são gigantescas.

Aos(às) colegas que chegam nas redes públicas, anunciamos que todos os ataques aos direitos estão em curso. Será necessário o entendimento de que só com luta coletiva teremos chances. E para isso, é necessário um instrumento que organize, forme, conscientize. O sindicato não foi superado. E nem nós.

Os problemas que enfrentamos, inclusive no sindicato, só serão superados com a participação e atuação de todos(as). O individualismo, a negação de representação, a desilusão na luta, o conformismo são poderosos estados de espírito constituídos para nos culpar, separar, desqualificar, desmobilizar e nos manter quietos.

O período que temos pela frente, onde as forças da extrema direita ainda se encontram presentes e atuantes, nos sinaliza que precisaremos de toda força, disposição e unidade possível. E essa unidade deve ser construída no dia a dia das lutas populares.

Continuaremos unificados(as) pela garantia da posse do Presidente Lula democraticamente eleito. Não aceitaremos golpes, pressões ou chantagens vindas dos setores conservadores e da extrema direita. Marcharemos juntos pela revogação de todas as leis e contrarreformas que tentaram enterrar os direitos conquistados ao longo das nossas histórias de muitas lutas e que tantas vidas custaram. É o que estamos chamando de REVOGAÇO (previdenciárias, trabalhista dentre outras) que inclui medidas econômicas aprovadas como Teto do Gasto (EC95), a Bolsa Banqueiro e Autonomia do Banco Central além da luta contra as privatizações e enterrar de vez a PEC 32 que propõe o desmonte do serviço público nas três esferas.

Atuaremos sempre, no sentido de garantir o estado democrático de direitos, mantendo a independência de governos e partidos. Faremos das lutas populares nossas trincheiras, negando a cultura do ódio, da violência, do desrespeito. Nossa bandeira continuará sendo contra toda e qualquer forma de discriminação na sociedade.

A Carta Manifesto - Aposentadas(os): Por Plenos Direitos Somos Resistência requer ação cotidiana e compromisso coletivo. Não nos calaremos! É da nossa natureza. Não por acaso nosso símbolo é o vôo dos gansos, pois nos fortalecemos voando juntos(as).

PLANO DE LUTAS

Criar grupos de trabalho no Sepe para planejar ações que visem:

- Identificar violações dos direitos da pessoa idosa;
- Denunciar casos de violência contra a pessoa idosa;
- Promover atividades que levem a conscientização da importância dos direitos da pessoa idosa;
- Divulgar o Estatuto da Pessoa Idosa em linguagem popular, iniciando pelas unidades escolares.
- Estimular as unidades escolares a incluírem em seus projetos politico pedagógicos a discussão sobre o processo de envelhecimento e desmistificação da senescência.
- Relacionar as instituições públicas que oferecem atendimento psicológico no Estado do Rio de Janeiro e veicular esta informação nas mídias sociais do Sepe e boletins informativos.
- O combate à toda forma de violação de direitos da pessoa idosa não deve ser uma ação isolada. Portanto, o Sepe deve realizar ações integradas com outras instituições de defesa de direitos.
- Realizar, nesta gestão, uma Conferência de Saúde e Direitos Humanos com o objetivo de disseminar todos os direitos da pessoa idosa, combater o preconceito sobre o processo de envelhecimento e construir uma Campanha Educativa envolvendo todas as unidades escolares.
- Verificar a situação dos Fundos Previdenciários e INSS para a garantia da saúde financeira dos referidos fundos e pagamento em dia dos salários das aposentadas e aposentados;
- Solicitar às direções dos Fundos Previdenciários próprios como PREVI-RIO e Rioprevidência - realização conjunta com Secretaria de Aposentadas(os) e os Conselhos de Acompanhamento para informar as últimas alterações no sistema previdenciário, principalmente para os admitidos antes 2003, bem como sobre Previdência Complementar.
- O SEPE deverá incentivar e realizar a capacitação de profissionais da educação para concorrer à representação nos conselhos dos Fundos Previdenciários.
- Exigir dos governos a realização de concurso público para todos os cargos na educação. Contra a PEC 32.
- Fortalecer os Conselhos Municipais e Estadual da pessoa idosa e cobrar a participação do SEPE enquanto uma das entidades que representa uma parcela significativa dessa população, na área da educação;
- Desenvolver uma campanha em defesa do SUS - atendimento com qualidade é nosso direito.
- Exigir o cumprimento da Lei 8.842/94 - Política Nacional do Idoso - que estabelece em seu Artigo 1° que “A Política Nacional do Idoso/a tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. Bem como, exigir que a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa - Portaria n° 2528 - 19 de outubro de 2006 seja cumprida.

- Cobrar das Câmaras legislativas uma análise criteriosa sobre acessibilidade urbana e encaminhar providências ao poder executivo, com base na Política Nacional e no Estatuto da Pessoa Idosa.
- O Sepe deve se posicionar contra a política de bônus da verba do FUNDEB - Deve defender a Incorporação dos valores ao piso salarial da categoria, com reajuste anual dos salários.
- Lutar pela revogação de todas as medidas que retiraram direitos e retomar a Campanha pela Paridade com Integralidade.
- O Sepe deve estabelecer uma política de intensa interlocução com a categoria, para isso é necessário que as unidades escolares elejam seus representantes. O Sepe deve fomentar a eleição de representantes de escola.
- A eleição de representantes para todas as instâncias deliberativas do SEPE conforme determina o Estatuto deve ser observada com diligência.
- O SEPE deve pautar sua luta pela garantia e ampliação dos direitos da classe trabalhadora e um defensor intransigente do Estado democrático de direito.
- O atendimento de saúde dos servidores públicos do Rio de Janeiro foi totalmente aniquilado pela política privatista do atendimento médico. O Sepe deve liderar a luta pela saúde (física e mental) pública dos trabalhadores ativos e aposentados, reivindicando a reativação de serviços de saúde, como IASERJ.
- O SEPE deve manter seus filiados bem informados sobre os processos coletivos e de interesse da categoria que estão em curso. Há necessidade de utilizar linguagem explícita e objetiva para que se tenha uma melhor compreensão da luta a nível jurídica.
- O 43° Encontro de Aposentados do Sepe homenageou Clementina de Jesus por ser uma figura de luta através de sua arte. Assim como ela outras mulheres, que buscaram através da arte expor a reflexão de vida e de empoderamento, merecem ser reconhecidas e valorizadas. Resgatar suas histórias de luta e contribuição para a sociedade, deve fazer parte do árduo trabalho do Sindicato, majoritariamente feminino. O Sepe precisa dar continuidade ao projeto “E por falar em saudade, onde anda você?”, que visa resgatar a história do Coletivo de Aposentad@s do Sepe RJ. A possibilidade da construção de um livro, de documentário e outras formas de registro, devem ser avaliadas.
- O Sepe deve promover seminários de formação política sindical. Preconceito, misoginia, racismo, homofobia e todas as formas de intolerância são temas que não podem deixar de pautar as discussões.
- Implementação do estudo da história das religiões em caráter formativo e laico.
- Abrir o debate sobre o retorno ou não do SEPE à CNTE.

Tese construída com a colaboração de tod@s participantes 43 Encontro estadual de aposentad@s, realizado em dezembro de 2022 e pela comissão instituída na reunião do coletivo, em 14 de Março de 2023.

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DE CRECHES E ESCOLAS! PELA VALORIZAÇÃO DAS CRECHES/ESCOLAS PÚBLICAS!

Educação Infantil não é assistencialismo! É dever do Estado!

O Brasil assistiu, no final do século XX, um movimento de transformação no conjunto da classe trabalhadora, desde da década 70, devido à expansão econômica/industrialização/urbanização. Houve um grande aumento da mulher no mercado de trabalho, ascendendo a problemática de serviços correlacionados à Educação Infantil. Com isso, Comunidades Eclesiais/Movimento de Mulheres entraram na batalha por creches. Entretanto, vários estudos sobre a Educação Infantil apontam que a necessidade dessa etapa é o desenvolvimento cognitivo da criança. Assim, essa modalidade sai do assistencialismo para se consolidar como parte da educação, passando a ser um dever do Estado, retirando "das costas" da mulher o educar/cuidar.

O ponto mais elevado da discussão foi assegurado na Constituição de 1988 e na LDB de 1996, em que se garantia que a Educação Infantil deveria compreender de 0 a 5 anos na Educação Básica e, sob a Lei 12.796, ela é tornada obrigatória a partir dos 4 anos. O que se observa é... constante omissão dos governos, motivada por rearranjo orçamentários, infringindo o seu dever, como acontece no Governo Federal, desde o governo do (PT) aprofundado por Bolsonaro que cortou 97,5% das verbas para construção de creches. Segundo o Censo Escolar de 2022, por causa da pandemia, 2019 e 2021 as matrículas recuaram, porém, em 2022 os números cresceram. No país existem 74,4 mil creches, na rede pública e consistem 66,4% das matrículas e 33,6%, da privada.

Contudo, 50,7% das creches privadas são conveniadas com o poder público. Somente 36% das crianças até 3 anos estão na Educação Infantil. Segundo a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 75,6% das crianças mais pobres estão fora das creches.

Sendo assim, o acesso oscila de acordo com a classe social, deixando também a mulher trabalhadora e a mulher negra à mercê do governo. É importante dizer que os municípios não vêm garantindo o número de vagas de acordo com as demandas e que alguns cargos de profissionais da Educação Infantil que atuam diretamente com alunos, não são reconhecidas no magistério. Reconhecer essas profissionais é incluí-las no Estatuto e Plano de Carreira do Magistério pelo fato das semelhanças nas atribuições de suas funções, corroboradas pela LDB 9394/96. As profissionais da Educação Infantil devem se unir às mulheres trabalhadoras que precisam, urgentemente, dos serviços públicos de creches, visto que as lutas devem ser articuladas contra o machismo. O poder público é ausente na Educação Infantil.

Não à dupla função do Profissional da Educação Infantil!

O surgimento das creches no Rio de Janeiro aconteceu por volta dos anos 80, sob responsabilidade da Secretaria de Assistência Social. O objetivo era liberar força de trabalho feminino para o mercado. Foi no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, na década de 1980, que a educação pré-escolar foi oficializada.

Questionamentos sobre a função assistencial e compensatória dessa primeira fase escolar foram duramente levantados e debatidos. Em várias cidades, trabalhadoras das creches eram terceirizadas, contratadas por OSs, sem formação necessária e seus direitos trabalhistas desrespeitados, o que não é diferente de hoje. Foram muitas as lutas para garantir concurso público para profissionais atuarem nas creches. A Educação Infantil passa a ser de responsabilidade da SME, com o Decreto nº 20.525 de 2001, sugerindo uma mudança na qualidade do atendimento, desde a formação dos profissionais, que devem pertencer ao quadro de servidores municipais, provenientes de concurso público, até o repasse de recursos que garantam o atendimento necessário.

Desde então, fica evidente que município do Rio de Janeiro demonstra seu reconhecimento pela importância do atendimento à infância no foco das políticas públicas. A formação dos profissionais da Educação Infantil e sua atuação são diferenciadas por meio da dicotomia "assistencial versus pedagógico", pois a ligação cuidar e educar misturam-se. Essa questão diverge em diferentes propostas de trabalho, conforme KUHLMANN JUNIOR (1998) fala. Por conta do paralelo em questão, a E. I. em vários municípios, e como exemplo o Rio de Janeiro, aparece nesse reflexo ambíguo. A constatação é feita quando o governo, como estratégia de reduzir gastos, não utiliza uma nomenclatura unificada para tal profissional. Em alguns locais, a desvalorização é tão grande que surgiram os Agentes de Educação Infantil, Estimuladores Materno-Infantil, Auxiliares de Creche, entre outros, enfatizando da existência de leis aprovadas no reconhecimento, mas não aplicadas. Professores de Educação Infantil (PEI) e Professores Adjunto de Educação Infantil (PAEI) tem seus direitos diferenciados dos docentes das demais séries subsequentes quando seus 1/3 extraclasses não são cumpridos. Na maioria das creches existentes no Estado do RJ, não existem docentes em quantitativo suficiente, o que leva as profissionais da Educação Infantil não reconhecidos no magistério, a cumprirem dupla função, pois, ao mesmo tempo, são auxiliares ou agentes, recebendo a metade do salário referente às responsabilidades impostas.

Creches e escolas laicas, que respeitem a diversidade!

O espaço escolar é um dos mais importantes para que o desenvolvimento da criança aconteça de maneira integral. A fim de garantir a formação nesse estágio de vida, é importante repensar o currículo da Educação Infantil para além dos conceitos didático-pedagógicos, incluindo a discussão sobre as diversidades étnicas, culturais e de gênero, no sentido de valorizar, respeitar e combater toda forma de machismo, LGBTfobia, racismo, ou qualquer outro tipo de violência e preconceito, a partir das brincadeiras, jogos e práticas educativas cotidianas. Permanece, ainda, o caráter mais assistencialista do que educativo, quando se percebe que as creches e escolas continuam depósitos de crianças, fruto de uma visão capitalista, em detrimento à construção do conhecimento cognitivo/social. A proposta inicial é que o atendimento a crianças de 0 a 3 anos tenha um caráter educativo, sendo dever do Estado e um direito constitucional oferecer-lhes creches e pré-escolas que promovam o acolhimento, segurança, confiança e, posteriormente, o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social da criança.

Entendemos que, para a realização de práticas educativas de qualidade em creches públicas, é fundamental que sejam dispostos recursos, materiais pedagógicos e de higiene, alimentação adequada, espaço físico adequado e estimulante para o aprendizado, quantitativo ideal de funcionários para cada turma de berçários/ maternais/pré-escolas, valorização de profissionais e formação continuada. Sobre a educação das crianças, ainda é comum a utilização de datas comemorativas nas unidades de Educação Infantil. Boa parte das escolas e creches organizam o planejamento anual tendo como norteador as comemorações religiosas, patrióticas, afetivas, simbólicas e culturais. Geralmente, essas comemorações são feitas de forma desconectada de outros conhecimentos, o que nos apontam a pouca reflexão por parte dos profissionais da E. I. sobre a própria prática. A influência das religiões cristãs é maciça. É muito comum encontrarmos nas instituições murais com passagens bíblicas, festas de comemoração da Páscoa e do Natal. Ressaltamos que a escola pública é laica.

Contudo, a escola não pode promover comemorações específicas de algumas religiões. Logo, esses espaços não estão proporcionando uma educação laica e democrática, que garanta a cada indivíduo a liberdade de expressão religiosa e de pensamento. Cabe a escola socializar todo o conhecimento produzido pela humanidade, inclusive a religiosa e não a imposição de uma única religião.

Por uma Educação Infantil verdadeiramente inclusiva!

A Educação Infantil é uma etapa importante para qualquer indivíduo em formação, pois, ao longo do processo educativo, será possível seu sucesso nos outros segmentos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. Consequentemente, podemos encontrar crianças que apresentam dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, necessitando atendimento e professores especializados em instituições públicas. Se analisarmos a constituição de 1988, ela estabelece “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras forma de discriminação” (art. 3°, inciso IV). No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). A realidade dos Espaços de Educação Infantil pública de todos os municípios do Estado do RJ é totalmente diferente. O atendimento apresenta falhas, como ausência de profissionais reconhecidos no magistério, o que caracteriza a falta de investimentos para uma educação inclusiva. Na maioria das instituições não asseguram currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as crianças com necessidades específicas, sejam elas físicas, psicológicas ou mentais. É importante salientar que a oferta de Educação Especial é um dever constitucional do Estado. De modo geral, a educação inclusiva tem sua importância à medida que todas as crianças possam participar ativamente na vida em sociedade, sem discriminação e preconceitos e de forma igualitária.

Queremos uma Educação Infantil pública e de qualidade!

Uma das caracterizações ao detrimento da E. I. está relacionado ao ataque que o município do Rio de Janeiro é o não reconhecimento das AEI’s no Magistério e PEI’s e PAEI’s sem 1/3 extraclasse. Na relação profissional/criança, o quantitativo ideal é 1 profissional para 3 crianças de berçário; 1 profissional para cada 4 crianças de M1; 1 profissional para 7 crianças para M2; e 8 crianças por profissional para pré-escola; desde que todas as profissionais que

estejam dentro de sala de atividades, tendo uma relação direta e íntima com a criança, sejam reconhecidas através do Plano de Carreira Unificado por tempo e formação, inclusas no magistério. Salas de atividades/berçários com climatização para qualidade ao atendimento ao educando são fundamentais. Ao contrário do que exigimos, a prefeitura do Rio de Janeiro, vem extinguindo berçários/maternais e colocando nas creches conveniadas onde as profissionais não têm formação no magistério e o número de crianças em excesso ao quantitativo de trabalhadoras. Essa iniciativa faz parte de uma política neoliberal que destrói a educação pública gratuita, laica e de qualidade, e prioriza índices e metas, atribuindo um caráter mercadológico ao universo educacional, repassando investimentos para a iniciativa privada. O atendimento aos filhos da classe trabalhadora em horário integral não deve estar vinculado ao fato de os responsáveis estarem no mercado de trabalho, o Estado é o verdadeiro responsável pela formação do educando. Isso retira das costas da mulher o encargo de educar/cuidar. Sobre a formação das crianças, das turmas de 4 e 5 anos, na prefeitura do Rio de Janeiro, foram retiradas disciplinas importantes, o que reduz também o tempo destinado às atividades extraclasse do professor, previstas em legislação federal. O planejamento das atividades para as turmas de E.I. é uma etapa muito importante, que vai nortear toda a prática pedagógica. Porém, as atuais políticas educacionais ainda não garantem o tempo destinado ao planejamento.

Educação Étnico-Racial: A formação do profissional para Educação Infantil

Antes de abordar as questões referentes à formação do profissional da educação infantil, é necessário elucidar que a concepção de criança como sujeito de direitos, deve servir como referência para a elaboração de qualquer proposta curricular na Educação Infantil, e as propostas pedagógicas das instituições deverão considerar a criança como sujeito histórico, que constrói sua identidade pessoal e coletiva durante as relações.

Nesses momentos, a criança "aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura" (BRASIL, 2009). Apesar dessa definição de criança como sujeito competente, muitas professoras e professores que atuam na Educação Infantil, possivelmente influenciados pelo mito da democracia racial, (BRASIL, 2004, p. 16) que é utilizado para encobrir o racismo, e/ou ainda por uma concepção equivocada de criança e de infância, acreditam que as crianças pequenas não são capazes de demonstrar racismo/preconceito e que, por isso, o trabalho com a temática não é necessário para essa faixa etária. Quanto a este aspecto, Júnior et. al (2012, p. 9) contribui dizendo que, no território da educação da primeira infância, a ideia de felicidade e cordialidade é equivocada, pois, "estudos de mestrado e de doutorado que tratam das relações raciais na faixa de 4 a 5 anos apontam que há muitas situações de discriminação que envolvem crianças, professores, profissionais de educação e famílias."

A Educação Étnico-Racial na Educação Infantil está regulamentada por lei 10.639/2003 e 11.645/2008. Sua abordagem deve ocorrer em todas as instituições do país. Todavia, existe a necessidade de se investir na formação de todos os profissionais para que uma educação realmente inclusiva aconteça. Para tanto, é essencial que haja a construção coletiva e a implementação de ações efetivas de promoção da igualdade racial nos currículos e propostas político-pedagógicas das instituições.

Rumo à luta, Profissionais de Educação Infantil!

Aplicação da Lei 6806/20 (AEIs no magistério);Agente de Apoio à Educação Especial no Magistério, já; Plano de Carreira Unificado por tempo e formação; 1/3 extraclasse para as PEIs e PAEIs; Fim das creches conveniadas/parceria público privada;Implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nas unidades de E. I.; Garantia do direito às creches em horário integral das 7 às 17:30h, com apresentação da construção de novos prédios; Formação durante a jornada de trabalho; Fim das gratificações, incorporação já!; Bônus cultura para todas as profissionais de Educação Infantil; Contra as adaptações sem estrutura, de salas de atividades para turmas de M1,M2 e pré-escola; Concurso público para fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas e terapeutas educacionais, para atuação nas creches e EDI's; Garantia de condições estruturais, de materiais pedagógicos/higiene adequados, professores de artes, educação física e de sala de leitura para E.I.; Alimentação de qualidade, com a pesagem das crianças atendidas e acompanhamento médico/dentistas das que têm problemas nutricionais; Merendeiras/cozinheiras/profissionais de limpeza concursados; Pela redução do número de crianças nas turmas, sem decréscimo de profissionais e Fim do assédio moral.

TEXTO DE:
CILDA SALES E SAMANTHA GUEDES

ASSINAM:
ALANA DA COSTA/CM QUAFA
ALESSANDRA S. OLIVEIRA/CM MUSSUM
ALEXSANDRA J. ALVES/ CM MORRO DA PAZ
AMANDA N. OZANA/CM MORRO DA PAZ
ANA CLAUDIA M. SOARES/CM CARACOL
ANDREA A. LOPES/EDI KARINE LORRAYNE
ANDRÉA SILVA DE OLIVEIRA/CM MUSSUM
ANDREIA O. PESTANA/CM MORRO DA PAZ
ANGELA R. OUVERNEY/CM MORRO DA PAZ
ARIANE LOPES/CM QUAFA
CARLA M.SILVA/EDI KARINE LORRAYNE
CAROLINA RAMONDA/CM MORRO DA PAZ
CINTIA M. PEIXOTO/CM QUAFA
DENISE P. MAURO/EDI KARINE LORRAYNE
DIANA R. OLIVEIRA/CM MORRO DA PAZ
EDUARDA C. MELO/CM QUAFA
EDWIGES S. FELIX/CM MORRO DA PAZ
ELIZABETH B. MOTA/CM QUAFA
ELIZABETH PAIVA/EDI KARINE LORRAYNE
ETIENE AVELINO/EDI KARINE LORRAYNE
FERNANDO MACHADO/CM MORRO DA PAZ
FLÁVIA G. PINTO/CM QUAFA
FRANCISCA C. SALES/EM COSTA E SILVA
IVANILDE G. OLIVEIRA/CM MORRO DA PAZ
JULIANA B. DA SILVA/CM MORRO DA PAZ
JULIANA O. PORTELA/EDI KARINE LORRAYNE
LUCIANA M. A. PINTO/CM CARACOL
MARIA DA C. LINDOSO/
MARIA DA C. PEREIRA/CM MORRO DA PAZ
MARIA L. SANTOS/EDI KARINE LORRAYNE
MARIA LÚCIA DA SILVA/CM QUAFA
MARIANA L.HENRIQUE/ CM MORRO DA PAZ
ARIANA MACHADO/CM QUAFA
MARILZA BITTENCOURT/EDI KARINE LORRAYNE
MARLEIDE F. SANTOS/CM MORRO DA PAZ
MICHELE FELÍCIA/CM QUAFA
MONICA A. R. SILVA/CM QUAFA
MÔNICA F. DE AQUINO/EM PEREIRA PASSOS
NANCI P. BERMUDES/CM CARACOL
NOEMI C. DA SILVA/CM MUSSUM
ONEIDA A. SILVA/CM QUAFA
RENATA DO N. SILVA/CM MORRO DA PAZ
RENATA F. A. SANTO/CM MORRO DA PAZ
RICARDO S. SOARES/CM MORRO DA PAZ
ROSANE DE S. L.PAULA/CM MORRO DA PAZ
SABRINA C. O. LOPES/CM MORRO DA PAZ
SAMANTHA ARAUJO GUEDES/4A CRE
SANDRA S. SANT'ANA/EDI ARMANDO SALES
SÉRGIO PERDIGÃO/EM ALCIDE DE GASPERI
SHIRLEY O. CASTRO/EDI KARINE LORRAYNE
SIMONE M. SANTOS/EDI KARINE LORRAYNE
SULIAN DA S. FIRMINO/CM MORRO DA PAZ
TELMA C. S. PENEDO/CM MORRO DA PAZ
VALESCA S. BANDEIRA/CM MORRO DA PAZ
VIVIANE DE B. GOMES/CM MORRO DA PAZ
VIVIANE DE OLIVEIRA/CM MORRO DA PAZ

A ANIMAÇÃO CULTURAL – O SONHO NÃO VAI ACABAR

"Nossa deformação cultural nos faz pensar que cabe a um segmento da sociedade levar cultura a outro. Nós temos é que buscar a cultura no povo, dando condições para que ela brote. Só assim torna-se possível criar uma real identidade cultural"

Fernanda Montenegro

BREVE HISTÓRICO

Sabemos que a animação vem de uma longa experiência na Europa Ocidental, em países como Portugal, Espanha e França. E que tem como concepção a animação cultural como ação na dimensão social, cultural e educativa e com o objetivo de dinamizar programas junto a sociedade.

As primeiras experiências estão associadas às novas correntes pedagógicas inspiradas em Decroly, que em 1907 fundava, em Bruxelas, a Escola para a Vida, e Maria Montessori na Itália, com o seu movimento inovador à volta de um novo modelo educativo para a infância, que influenciaram o mundo com a prática de novas formas de educar centrada nas relações da escola com a comunidade. Em Portugal, com a experiência pedagógica com as escolas móveis, modalidade educativa itinerante, que pelo método João de Deus procedeu a uma alfabetização em inúmeras localidades e cuja intervenção se ligava já a processos educativos informais.

Em 1977 a UNESCO define a animação cultural como um conjunto de práticas sociais que visam estimular a iniciativa e a participação das populações no processo de seu próprio desenvolvimento, e na dinâmica global da vida social-política em que estão integradas.

Em Portugal, de 1926 a 1974, a animação passou por um processo de deformação onde o governo autoritário usou a animação cultural para levar sua ideologia. No entanto, com os ventos que sopraram da França e com toda a movimentação de 1968 fizeram com que grande parte da sociedade retomasse o rumo da animação cultural, como processo de auto-organização.

Na América Latina a animação cultural vem acompanhando o processo de redemocratização dos países que foram dominados durante décadas pelas ditaduras militares.

Experiência da Animação Cultural no Estado do Rio de Janeiro

A cultura popular surge das tradições, dos costumes do povo e são transmitidas de geração para geração.

A História da Animação Cultural no Rio de Janeiro começa com os movimentos populares, artistas populares levavam cultura para as comunidades. Resgatando e valorizando a cultura popular, quando foi implementado o primeiro programa dos CIEP'S, vários profissionais foram contratados pelo

governo para desenvolverem o mesmo trabalho dentro das unidades de educação. Porém a contratação foi feita pela CLT e no governo seguinte foram demitidos.

Vem então o segundo programa e cerca de 1500 animadores culturais são selecionados para trabalharem. São contratados como bolsistas da CEPUERJ e passam um ano trabalhando nos CIEP'S e participando da capacitação na UERJ, com a promessa de ter concurso público para esses profissionais. No entanto o concurso para esses profissionais não aconteceu e todos foram contratados como cargo de confiança do governo estadual.

A marginalização da cultura das populações pobres tem sido feita no país até hoje mudando apenas de alvo, da capoeira ao funk a discriminação a cultura que não é produzida pelas elites que é realizada do povo e para a povo sofre o processo de marginalização por parte dos governos que reproduzem o discurso das elites.

O processo de marginalização da cultura popular ainda segue muito forte em nosso país até os dias de hoje, apesar da lenta mudança de aceitação à capoeira e ao funk, por exemplo, uma vez que não são expressões culturais produzidas pela elite. Tal discriminação pode ser percebida não apenas na falta de apoio institucional por parte de governos, como na postura violenta nas comunidades onde são praticadas, por servidores policiais. Outro viés da política da classe dominante para a cultura popular é a massificação de parte da cultura que pode gerar algum lucro para as indústrias do ramo servindo inclusive como correia de transmissão da burguesia.. Ou seja, a cultura a serviço dos interesses das camadas dominantes mesmo tendo uma capa popular. Isso foi massificado principalmente na década de 60 com a ditadura militar.

A escola faz parte da sociedade e como tal, acaba reproduzindo os mesmos valores da classe dominante, quando as universidades e escolas de formação não conseguem perceber que a educação crítica/reflexiva precisa integrar o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade que inclui o conhecimento cultural das diversas comunidades. Como disse Paulo Freire, não basta ensinar que "Eva viu a uva", mas também todo o processo de produção, quem lucra com esse processo, quem são os explorados e como transformar tal realidade.

Conhecer e valorizar nossa cultura popular significa mantê-la viva, preservar nossa identidade e construção do nosso povo através do tempo.

As escolas sofreram e sofrem um distanciamento das comunidades em torno, já que as elites não querem a real participação dessas comunidades na elaboração de gestão desse espaço.

Durante vários anos muitos teóricos da educação como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire começaram a questionar o espaço escolar como um lugar onde se desenvolva o ser pleno e para tal, é preciso associar a bagagem cultural de nossos alunos aos conhecimentos/ conteúdos definidos no planejamento curricular, que também são fundamentais na formação plena, uma bagagem cultural popular rica que valoriza a capacidade de participar e gerir os espaços em que vive.

Na América Latina

A década de 1980, que curiosamente coincide com o momento de redemocratização de muitos de nossos países – um período, portanto, marcado por grande imprecisão na reconstrução de nossos mecanismos de participação -, é marcado pela perda de poder do Estado, perante as empresas, corporações, normalmente multinacionais, pela venda de nosso patrimônio material e imaterial, pelo aumento do desemprego, pelo empobrecimento cultural, pela exacerbação do valor do consumo. (Vitor Andrade de Melo, 2006)

Resgatamos a experiência da animação cultural implementada nas escolas da rede estadual do Rio de Janeiro nas décadas de 80 e 90. Foram contratados profissionais de cultura que tinham trabalho de base no movimento popular, que atuavam nas comunidades, onde iriam desenvolver seu trabalho agora a serviço do Estado. Esse projeto inovador no Rio de Janeiro tinha relação com o conhecimento da cultura de cada comunidade onde o CIEP estava inserido. O trabalho desenvolvia o que aquela comunidade tinha como anseio produzir, programando a real necessidade dos projetos culturais desenvolvidos nas unidades escolares. Onde professores e funcionários traçavam metas com base na real participação da comunidade da escola e em torno da escola.

As escolas funcionavam também como centros culturais que abriam suas portas nos finais de semanas. Isso leva a comunidade a ter contato direto com o espaço escolar, interferindo com seu fazer cultural e muitas vezes em periferias que só contavam com esses espaços culturais.

Esse modelo de escola, no entanto, foi substituído, nas duas últimas décadas, por modelos cada vez mais autoritários, onde a comunidade fica afastada das decisões democráticas reforçando a visão das elites de que a população não tem capacidade de gerir seus espaços e que seu fazer cultural não tem espaço para ser aprendido pelas novas gerações, reforçando a cultura da classe dominante.

Os projetos culturais, que na década de 80 e 90 tinham seus pés voltados nas decisões da comunidade escolar perpassando pelo pedagógico, foram substituídos por uma verdadeira avalanche de projetos de ONGs que só serviram para desviar o dinheiro do público para a privado reforçando a política das elites onde o fazer cultural popular só serve se acompanhado de interesses empresariais.

Com isso os projetos culturais não possuem ligação com o projeto pedagógico do CIEP, muito menos refletem o que realmente as comunidades, que estão inseridas nas escolas, tenham qualquer tipo de participação na elaboração e na gestão desses projetos. O resultado tem sido que eles caiam num vazio de efeitos só reproduzindo a cultura das elites já que as particularidades da cultura popular foram deixadas de lado pois os projetos vêm carregados da cultura das grandes mídias.

A Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro vem, ao longo dos anos, aprofundando a escola meritocrática, concepção de educação que reforça a disputa individual em detrimento da valorização dos diversos saberes e da produção coletiva, onde se não serve para “apertar parafusos” ou uma educação de repetição não tem vez e com isso toda a cultura popular também é afastada.

Podemos sim levar música clássica, ou cultura erudita para essas comunidades, mas elas têm que escolher se querem e o que não querem. O capital costumar destruir aquilo que ele não consegue cooptar.

Desde 2011 os profissionais da animação cultural vêm sofrendo com as ameaças de exoneração bem como a precarização da profissão sem nenhum tipo de valorização por parte da SEEDUC que coloca os profissionais numa situação de apagamento dentro da estrutura da secretaria.

Na precarização esses profissionais sofrem com a falta de pagamento das suas contribuições previdenciárias (recolhe, mas não repassa) bem como sem nenhum percentual de reajuste salarial há 9 anos ganhando hoje no seu vencimento básico menos que um salário-mínimo. Dos 1.500 restaram apenas 330 profissionais que ora estão com idade para se aposentar e não podem devido ao não repasse da contribuição previdenciária por conta da SEEDUC.

Por isso precisamos lutar:

Manter a animação cultural como projeto cultural dentro das escolas.

Lutar pela regularização e valorização dos que hoje estão trabalhando nas unidades escolares.

A animação cultural é um instrumento de luta e por isso esses profissionais conhecem bem sua capacidade de se auto organizar não cabendo nenhum tipo de controle sobre sua organização. Por isso é fundamental retomar o coletivo de animação cultural dentro do SEPE, com toda a infraestrutura dada a qualquer coletivo, sem que fique condicionada as vontades de alguns grupos políticos.

ASSINAM

1- MIRNA MAIA FREIRE – REDE ESTADUAL - ANIMADOR CULTURAL – MAGÉ

2 - SERGIO ALVES - ANIMADOR CULTURAL - REDE ESTADUAL - CIEP 165 - BRIGADEIRO SÉRGIO CARVALHO

3 - GESA LINHARES – APOSENTADA – RIO DE JANEIRO

4 -HELITON COUTINHO TORRES - ANIMADOR CULTURAL - REDE ESTADUAL CIEP 210 MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA – BELFORD ROXO

5 - MARILENA FARIAS DE PINHO. ANIMADOR CULTURAL - REDE ESTADUAL - C.E.PROFESSOR JOEL DE OLIVEIA – DEODORO RIO DE JANEIRO

6 - GUALBERTO IZAIAS DE OLIVEIRA TINOCO, (PITÉU), SERVENTE APOSENTADO DA E. E. PROFESSOR JOSÉ ACIOLLI

7 - DANIELA ABREU - PROF DE ARTES – REDE ESTADUAL - C.E PROFESSOR ALFREDO BALTHAZAR DA SILVEIRA – MAGÉ

8 - MAURO VINICIUS DE SOUZA FLORIANO – PROFESSOR MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS EM PADRE JO´SE DILSON DÓREA/ EM ROSANGELA DE FREITAS – RIO DAS OSTRAS

9 -MATHEUS PEPE CRESPO – PROFESSOR DA REDE ESTADUAL – CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES – CAMPOS DO GOITACAZES

10 - SILVANA ELISABETH DOS SANTOS – ANIMADORA CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - C. E. PROFª VENINA CORRÊA TÔRRES – NOVA IGUAÇU

11 - EDGARD VIEIRA MATOS (MODUAN MATUS) – ANIMADOR CULTURAL – APOSENTADO

12 - CLAUDIO VAZ COELHO – ANIMADOR CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR CLOVIS MONTEIRO – RIO DE JANEIRO

13 - IVERSON MEDEIROS CARNEIRO - ANIMADOR CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - C.E. CENTRAL DO BRASIL.

14 - GILBERTO RIDRIGUES DA SILVA JUNIOR – PROFESSOR DA REDE ESTADUAL COLÉGIO ESTADUAL DE MAGE - CIEP 327 PEDRO AMÉRICO – MAGÉ

15 - ROSE MARIA DOS PASSOS DA SILVA - ANIMADORA CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEP 392 MARIO DE ANDRADE – SANTA CRUZ – RIO DE JANEIRO

16 - ALESSANDRA FERREIRA DE CARVALHO, ANIMADORA CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CIEP 374 AUGUSTO RODRIGUES...BELFORD ROXO

17 - WILLIAN BENITA DE JESUS PRROFESSOR DA REDE ESTADUAL - C. E.BRASIL - MESQUITA

18 - EPAMINONDAS LIMA VIEIRA DE QUEIRÓZ- ANIMADOR CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEP 239- PROFESSORA ELZA VIANNA FIALHO – SÃO GONÇALO

19 - ELDA MARIA STORANI GONÇALVES DE ROSA - ANIMADORA CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CE PROFESSOR DARCY RIBEIRO – MARICÁ

20 - ANTONIO JONAS CHAGAS MARREIROS – ANIMADOR CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEP BRIZOLAO 259PRFA MARIA DO AMPARO RANGEL DE SOUZA MARICÁ

21 - DENEIR DE SOUZA MARTINS - – ANIMADOR CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEP 127 - FREI ACÚRSIO ALOÍSIO GONZAGA BOLWER – MAGÉ

22 - ELAINE CARMEN DE ARAUJO PAIVA LIRA ANI MADORA CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COLÉGIO ESTADUAL ALFREDO NEVE – NOVA IGUAÇU

23 - ALEX TRENTINO – PROFESSOR DA REDE ESTADUAL - CE ANDRÉ MAUROIS/CE RAUL VIDAL – NITERÓI

25 - LUCIA REGINA MENDONÇA DOS SANTOS – ANIMADORA CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEP 421 DEPUTADA CRISTINA TAVARES – SÃO GONÇALO

26 - ROGÉRIO CARMO PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU - DIRETOR DO NÚCLEO DE NOVA IGUAÇU

27 - MARIA ENI CAJUEIRO DO AMARAL – ANIMADORA CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COLÉGIO ESTADUAL ALBERTO TORRES – SÃO JOÃO DA BARRA

28 - ROSANGELA MARTINS NUNES ANIMADORA CULTURAL - COLÉGIO ESTADUAL MINISTRO JOSÉ DE MOURA E SILVA EM SÃO GONÇALO – RJ

29 - LUIZ CARLOS ABREU VALENTIM – ANIMADOR CULTURAL – APOSENTADO – NILÓPOLIS

30 - RAFAEL GOMES – ANIMADOR CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – C.E – NOVA IGUAÇU

31 - MÔNICA CILENE MOUTA DE LIMA – ANIMADORA CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEP 311 DEPUTADO BOCAYÚVA CUNHA – CAMPO GRANDE

32 - LILILMAR HEIL FIGUEIRA – ANIMADORA CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -C.E. GUILHERME BRIGRISS – NITERÓI

33 - FÁTIMA CARDOSO TAVARES GUIMARÃES – ANIMADORA CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEP 244 BRIZOLÃO OSWALDO ARANHA – CAMPO GRANDE

34 - ANDRÉ DA SILVA PEREIRA – ANIMADOR CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -C.E. PADRE ANCHIETA – DUQUE DE CAXIAS

35 - ANGELO CEZAR JACHELLO JUNIOR - PROFESSOR (NOVA FRIBURGO)

36 - DÉBORA D' OLIVEIRA NAVAL (CABO FRIO E COSTA DO SOL),

37 - DENISE SOARES TEIXEIRA (CABO FRIO),

38 - HUMBERTO DA SILVA MICHAELI (COORDENAÇÃO NUCLEO VASSOURAS)

39 - ILZA CARLA BRUM BASTOS PINHO – APOSENTADA DIREÇÃO NÚCLEO VASSOURAS

40 - JANAINA MATOS DA SILVA (PROFESSORA NOVA IGUAÇU)

41 - KELI MORAES ABREU (NOVA FRIBURGO

42 - LEONARDO DE FREITAS (PROF EM MENDES E DIREÇÃO NUCLEO VASSOURAS)

43 - MARCOS RANGEL DE LIMA (DUQUE DE CAXIAS),

44 - MARIA DO CARMO- (DIREÇÃO NÚCLEO CAMPOS)

45 - MARIZE VIEIRA DE OLIVEIRA (DUQUE DE CAXIAS)

46 - SERGIO TADEU RODRIGUES DOS SANTOS (APOSENTADO REDE ESTADUAL)

49 - SHEILA CRISTINA MARTINS (APOSENTADA CAXIAS)

50 - SILVANA LOPES DOS SANTOS (DIREÇÃO NÚCLEO CAMPOS- APOSENTADA)

NA LUTA DESDE 1977 Sepe

www.seperj.org.br

instagram.com/**sepe_rj**

facebook.com/**Seperj**

youtube.com/**SepeRJoficial**

twitter.com/**RjSepe**

seperj.org.br/filiacao

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457
(Agendar atendimento, 10h às 16h).